



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

IVNA LEÔNIA SOARES SANTOS

**SUPERANDO DESAFIOS E REFLETINDO POSSIBILIDADES: UM RELATO
SOBRE A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I**

**CAMPINA GRANDE
2020**

IVNA LEÔNIA SOARES SANTOS

**SUPERANDO DESAFIOS E REFLETINDO POSSIBILIDADES: UM RELATO
SOBRE A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Área de concentração: Educação Física.

Orientadora: Prof^a. Ms. Anny Sionara Moura Lima Dantas.

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237s Santos, Ivna Leonia Soares.
Superando desafios e refletindo possibilidades [manuscrito]
: um relato sobre a inclusão nas aulas de Educação Física do
Estágio Supervisionado I / Ivna Leonia Soares Santos. - 2020.
36 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Educação Física) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro
de Ciências Biológicas e da Saúde, 2021.
"Orientação : Profa. Ma. Anny Sionara Moura Lima Dantas
, Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física -
CCBS."
1. Inclusão. 2. Necessidades educacionais. 3. Educação
Física. I. Título

21. ed. CDD 613.7

IVNA LEÔNIA SOARES SANTOS

SUPERANDO DESAFIOS E REFLETINDO POSSIBILIDADES: UM RELATO
SOBRE A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Educação Física da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Educação Física.

Área de concentração: Educação Física.

Aprovado em: 11 / 11 /2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Ms. Anny Sionara Moura Lima Dantas (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Ivanildo Alcantara Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Ramon Fagner de Queiroz Macedo
Universidade Paulista (UNIP)

À minha mãe, Leônia Cristina Soares Gomes dos Santos (in memoriam), por me dar o dom da vida, por ter me ensinado tanto e me proporcionado ver a vida além do que ela simplesmente mostra e parece ser, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido a oportunidade de vivenciar estes anos de formação acadêmica e por fazer tudo sempre com um propósito, estou concluindo este curso através de sua graça e bênçãos. O que sempre me manteve forte e com ânimo para estar sempre seguindo em frente, mesmo nos momentos de desânimo e de tristezas.

A minha mãe, Leônia Cristina Soares Gomes dos Santos, uma mulher que sempre foi mãe, pai, batalhadora e guerreira, meu muito obrigada. Infelizmente, ela não pode estar conosco nessa minha realização, mas meu coração é repleto de gratidão por tudo, por ela sempre ter tido o sonho de me ver formada e por sempre incentivar e dizer que eu deveria “casar” com os meus estudos, o que realmente me traria um futuro e hoje tenho essa imensa felicidade de dar esse grande passo para o meu futuro.

A minha irmã por sempre estar ao meu lado, por me incentivar, me ajudar sempre e me conceder o amadurecimento necessário para sempre ser uma pessoa melhor.

A todos os meus amigos, obrigada pelos conselhos e incentivos para que eu sempre lutasse pelos meus sonhos e nunca deixasse de ser corajosa, forte e determinada.

Aos meus amigos da universidade, que se tornaram uma família para mim, que sempre estávamos juntos apoiando e ajudando um aos outros, e tornando os dias mais alegres e animados.

As minhas amigas Luayne Moraes e Maríllia Guedes por sempre estarmos juntas na trajetória da vida, pelo companheirismo, amizade e abrigo nos momentos bons e ruins.

A Luayne em especial, por ser quem me deu a ideia de fazer Educação Física, quando eu era a pessoa mais indecisa da vida e não sabia o que cursar no 3º ano do ensino médio, e dizer “ porque tu não faz Educação Física, é a tua cara, tu gosta de dança”, e a partir disso Educação Física virou minha opção de curso no vestibular e hoje é a opção da minha vida.

Aos meus padrinhos por todas as vibrações positivas, incentivos e por serem responsáveis diretos na formação de meu caráter e por serem uma segunda família para mim.

A minha orientadora, Anny Sionara Moura Lima Dantas, que se tornou uma mãe para mim no curso, aquela que me deu conforto e me mostrou que a Educação Física vai muito além do que a gente vê, me mostrou o olhar de ver as pessoas com deficiência e com autismo e amar verdadeiramente aquelas pessoas, ela realmente me fez apaixonar pela Educação Física Adaptada e mostrou o que eu quero para o resto de uma vida.

Por fim, a todos os professores e profissionais que compõem o corpo docente desta IES do Departamento de Educação Física, vocês são ímpares nesse processo.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata-se um de relato de experiência de cunho descritivo e uma abordagem qualitativa, que teve como objetivo relatar as experiências vivenciadas e os desafios com a inclusão na aulas de Educação Física no Estágio Supervisionado I, com alunos do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, aplicado na EMEF (Escola Municipal de ensino fundamental) Félix de Araújo, localizada no bairro do Catolé, com os alunos do 2º ao 5º ano do ensino fundamental. Realizado na cidade de Campina Grande-PB, no período de 18 de fevereiro à 26 de junho de 2018. Foi identificado durante esse período de intervenção com tudo que foi planejado e executado, que apesar de todas as dificuldades em realizar a inclusão dos alunos, onde houve maior dificuldade aplicação e interações em atividades de caráter competitivo e de movimentos específicos com alunos. Seja por falta de mais suporte sobre inclusão na formação acadêmica, por não terem experiências prévias, o saber prévio das deficiências e transtornos e o conhecimento sobre ele, ou em função das estratégias de ensino, dos recursos pedagógicos, da seleção dos conteúdos, espaços adequados, da falta da presença da cuidadora na sala, ou até da falta de ações propositivas em relação à inclusão. No entanto, houve predominância de situações de sucesso à inclusão, participações ativas dos alunos com deficiências e transtornos, interações positivas entre todos nas aulas e os demais alunos ajudavam os colegas com dificuldades e os acolhiam com empatia, o planejamento das aulas, em pensar na prática para que todos os alunos fizessem juntos. Uma experiência engrandecedora, por estimular o estagiário a propor sempre o novo e se adaptar aos desafios impostos, a partir da metodologia pedagógica, observou-se a evolução dos alunos em aspectos do desenvolvimento físico, criticidade e no comportamento sócio afetivo. Ademais, foi uma experiência com uma construção positiva em direção à Educação Física inclusiva, tendo em vista que foi uma imensa reflexão sobre a prática, mas que ainda necessita de maior capacitação docente para explorar os diversos conteúdos desta área, trazendo a reflexão acerca do trabalho pedagógico desenvolvido, associando-os às ações práticas de inclusão para melhoria dos resultados obtidos.

Palavras-Chave: Inclusão. Necessidades educacionais. Educação Física.

ABSTRACT

This work of course conclusion is a descriptive experience report and a qualitative approach, which aimed to report the experiences lived and the challenges with the inclusion in the Physical Education classes in the Supervised Internship I, with students of the Physical Education degree course of the State University of Paraíba - UEPB, applied at EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) Félix de Araújo, located in the neighbourhood of Catolé, with students from 2nd to 5th grade of elementary school. Held in the city of Campina Grande-PB, from February 18 to June 26, 2018. It was identified during this period of intervention with everything that was planned and executed, that despite all the difficulties in carrying out the inclusion of students, where there was greater difficulty in applying and interacting in competitive activities and specific movements with students. Either for lack of more support about inclusion in the academic formation, for not having previous experiences, the previous knowledge of the deficiencies and disorders and the knowledge about it, or in function of the teaching strategies, pedagogical resources, selection of contents, adequate spaces, lack of presence of the caregiver in the room, or even lack of prepositive actions regarding inclusion. However, there was a predominance of successful situations to inclusion, active participation of students with disabilities and disorders, positive interactions between all in class and the other students helped their colleagues with difficulties and welcomed them with empathy, the planning of classes, in thinking about the practice so that all students could do together. A great experience, for stimulating the trainee to always propose the new and adapt to the challenges imposed, from the pedagogical methodology, we observed the evolution of the students in aspects of physical development, criticality and social affective behaviour. Furthermore, it was an experience with a positive construction towards the inclusive Physical Education, considering that it was an immense reflection on the practice, but that still needs more teacher training to explore the diverse contents of this area, bringing the reflection about the pedagogical work developed, associating them to the practical actions of inclusion to improve the obtained results.

Keywords: Inclusion. Educational needs. Physical Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1	Definição e caracterização de deficiência e transtorno	12
2.2	Estágio supervisionado	12
2.3	Ressignificação histórica do conceito inclusão	13
2.4	Fatores e aspectos que influenciaram no processo de inclusão na educação	15
3	METODOLOGIA	20
4	DINÂMICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	21
4.1	Caracterização da escola	21
4.2	Conteúdos e atividades realizadas	22
4.3	Discussão e resultados sobre a inclusão nas aulas	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICES	33

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o caminho percorrido pela Educação Especial é marcado por três divisões principais: segregação, integração e inclusão. Do momento em que as pessoas com algum tipo de deficiência e transtornos eram excluídas e impedidas de frequentar as escolas regulares até o contexto atual, onde é garantido o direito de acesso e permanência no sistema educativo. Nos séculos passados, os egípcios divinizavam as pessoas com deficiência, por pensarem que eram portadoras e indicadores de dádivas. Já para os gregos e romanos sinalizava males futuros, se distanciaram das crianças deficientes, abandonando-as ou atirando-as em abismos, havendo a segregação (RODRIGUES; LIMA, 2017).

Na Idade Média, a sociedade, dominada pela religião e pelo divino, considerava que a deficiência decorria da intervenção de forças demoníacas e população enxergava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus, ou como feiticeiros e bruxos, sendo vítimas de perseguições, exclusão, e execuções. No entanto, foi na Idade Medieval que surgiram as primeiras atitudes de caridade para com a deficiência, alguns nobres e ordens religiosas estiveram na base da fundação de hospícios e de albergues que acolheram deficientes e marginalizados (SILVA, 2009). Contudo, nesse mesmo tempo de guerras, os soldados voltavam com amputações das batalhas, com deficiências e isso foi dando início a um precário sistema de atendimento hospitalar.

Ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, as pessoas com deficiência foram incluídas em instituições apenas com um caráter assistencialista, sem nenhuma atenção educativa, não aprimoravam suas capacidades. Essas instituições eram construídas longe da população, onde os deficientes, longe de suas famílias e vizinhos, eram isolados e perdiam a liberdade, ocorrendo assim, rotulação e segregação das pessoas com deficiência. Após, houve vários questionamentos sobre a institucionalização das pessoas com deficiências e transtornos, sobre as atitudes negativas da sociedade para com os mesmos e dos avanços científicos de algumas ciências, levando ao pensamento de caráter educativo dos mesmos, ocorrendo assim uma conscientização pela sociedade em fazer a integração dessas pessoas, no seu direito à educação, a igualdade de oportunidades e de participação na sociedade.

Assim, na década de 80 isso foi concretizado com o direito à integração através

dos princípios de “normalização”, que definia o acesso às escolas comuns como um direito de todas as pessoas e a sua participação na sociedade. Contudo, esse conceito foi distorcido e virou um meio de exclusão dessas pessoas, pois acabou sendo condicionada a apenas a adaptação das mesmas nos espaços e meio sociais, além de haver ainda separações com as escolas especiais, que separavam essas pessoas das ditas “normais”. Então manifesta-se o conceito de inclusão, onde a Educação Especial passou a ser vista com outro olhar e reconhecida, onde além do direito de ter acesso a educação, as pessoas com deficiências teriam sua plena efetivação na participação educacional como todos os outros e com a escola atendendo a cada individualidade e especificidade dos alunos com deficiências (FUMEGALLI, 2012).

O caminho sobre as práticas inclusivas nas escolas teve diversas deliberações e medidas tomadas no contexto das organizações e agências mundiais, como as Nações Unidas e a Unesco, a Declaração de Salamanca em 1994, pois, mesmo antes existindo leis e o direito para a efetivação das pessoas com deficiências e transtornos no sistema regular de ensino, elas não eram postas em prática e realizadas de forma concreta e a partir desta declaração, começou-se a tratar efetivamente os princípios, políticas e práticas na área da inclusão dessas pessoas na escola, partindo disto o aumento dos desafios e dúvidas com passar do tempo e desde então estudos acadêmicos vêm sendo produzidos acerca da temática da inclusão na Educação Física no Brasil. Nas últimas décadas a Educação Física brasileira foi redefinida em seus objetivos, intuídos, conteúdos e atuações no cenário escolar, ao mesmo tempo no qual passou a incorporar os ideais inclusivos estabelecidos socialmente. No entanto, ainda hoje, os professores e docentes sentem dificuldade em lidar e realizar de forma concreta com esses alunos o processo de inclusão na escola.

Partindo desta dificuldade, observa-se a relevância do estágio supervisionado I para formação do futuro profissional, oportunizando a primeira proximidade com a realidade do ambiente de trabalho, consequentemente construindo sua própria identidade, aprendendo a observar, desenvolvendo o senso crítico, percebendo as dificuldades e aperfeiçoando seus conhecimentos práticos, pedagógicos e metodológicos. Melhorando assim, o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista envolver e ter consciência do contexto em que estamos inseridos, especialmente com os alunos que possuem potencialidades, deficiências e limitações. Sendo assim, a prática do Estágio Supervisionado é fundamental e imprescindível no processo de formação do professor, sendo de grande valia para a aprendizagem docente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Definições e caracterização de deficiência e transtorno

De acordo com o Decreto Lei nº 3.298, de Dezembro de 1999, disposto no Art. 3º sobre o que o Governo Brasileiro considera deficiência temos que “Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. No âmbito educacional o Ministério da Educação dispõe que, “Manifestações de comportamento típicos de portadores de síndrome e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízo no relacionamento social, em grau que requeira atendimento especializado” (MEC, 1994).

A primeira conceituação de autismo foi expressa pela primeira vez por Leo Kanner no ano de 1943 para descrever uma série de características apresentadas por indivíduos que ele acompanhava com suspeita de esquizofrenia. Hoje o conceito está descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais como TEA (Transtorno do Espectro Autista), neste documento está estabelecido sintomas para caracterizar a doença, devendo aparecer no período do desenvolvimento, causando prejuízo significativo no funcionamento social e estes sintomas não são explicados por deficiência intelectual ou atraso global no desenvolvimento, de acordo com o DSM 5 (2014, p.50).

Como bem assegura Orrú (2012), o autismo se caracteriza pela incapacidade de estabelecer relações sociais, dificuldades no uso da linguagem ou até mesmo a falta dela e uma gama de obsessões, o autor ainda classifica as atividades repetidas em um padrão diário como sendo ritualizadas pelo portador do transtorno. Silva (2012) afirma que a dificuldade geral e padrão é a de socialização, mas que as que são acometidas pelo grau mais severo são as que mais procuram um isolamento total da sociedade.

2.2 Estágio supervisionado

O Estágio supervisionado é uma exigência da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 nos cursos de formação de docentes. Segundo

Oliveira e Cunha (2006), o Estágio Supervisionado é uma atividade que proporciona ao docente a obter a experiência profissional que é fundamental para a sua entrada no meio do seu mercado de trabalho. Considerando que cada vez mais profissionais precisam de qualificação e preparação adequada, a vivência do estágio é fundamental para a formação integral dos alunos. Ao chegar à universidade, os alunos se depararam com conhecimentos teóricos, mas se os alunos não vivenciarem os momentos reais do cotidiano, se torna ser difícil conectar a teoria com a prática (MAFUANI, 2011).

Para Barbosa (2009, p. 91) aponta que embora a experiência vivenciadas no campo dos estágios seja apenas um recorte da docência, eles são ímpar para a formação dos futuros professores, pois através das vivências que o docente tem situações que fogem ao âmbito do seu exercício "técnico". É a experiência de estágio que torna ter o contato próximo com a realidade e próximo dos alunos, que o professor trabalha em função disso, do ser humano e a realidade. Bem como, os estágios podem explorar situações teóricas e práticas, que envolvem interação, respeito e vínculo estabelecido na relação professor-aluno. Os cursos de graduação devem relacionar teoria e prática de forma interdisciplinar, pois os componentes do curso não podem ser isolados. Devido a isso, os estágios supervisionados são considerados o elo entre o conhecimento acumulado na vida docente e a experiência real, para que assim os mesmo tenham essa experiência para quando estiverem em sala de aula (FILHO, 2010). Segundo Alarcão (1996), o estágio deve ser tão importante quanto os demais conteúdos do curso, e infelizmente, os próprios docentes das universidades ainda não prestam a devida atenção à esta prática da formação de professores.

2.3 Ressignificação histórica do conceito inclusão

A história registra diferentes formas de ver a pessoa com deficiência, passando pelo misticismo, abandono, extermínio, caridade, segregação, exclusão, integração e, atualmente, o processo de inclusão (Pessotti, 1984). Foi só a partir da 2ª Guerra Mundial as aspectos referentes aos direitos humanos passaram a permear as discussões sociais em diversos países, tendo uma ascensão, sobretudo, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, que dissertou sobre a necessidade de todas as pessoas serem consideradas iguais perante a Lei (ONU, 1948).

Segundo Kassar (2011), com este documento beneficiando as minorias, também foi incentivado o estabelecimento de ações políticas globais em relação especialmente às pessoas com deficiência. Após isso, houve diversas ações políticas e sociais sobre a garantia clara dos direitos dessa população, inclusive o direito à educação. Dentre esses atos, estão a Lei Pública 94-142, de 1973, “Education for all handicapped children act” (“Educação para todas as crianças deficientes”), dos Estados Unidos, e o Relatório de Warnock, de 1978, da Inglaterra, principiaram o objetivo de inserir alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares. Já a Declaração de Cuenca, elaborada em 1981, defendeu o atendimento educacional de qualidade às pessoas com deficiência; a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, publicada em 1990, em Jomtiem, na Tailândia, convocou os países a ofertarem acesso às pessoas com deficiência ao sistema educativo; e a Declaração de Salamanca, apresentada em 1994, durante a Conferência Mundial de Educação Especial, na Espanha, propôs que as nações adotassem uma educação inclusiva, na qual as escolas se adaptassem para proporcionar a mesma qualidade de ensino a todos os alunos, independente de suas diferenças ou dificuldades (Silva, 1987; Brasil, 1994; Meireles-Coelho, Izquierdo & Santos, 2007).

Portanto, as pessoas com deficiência passam de um período de exclusão e integração, para um estágio de formulação de políticas para aceitação e participação na sociedade. Com isso a inclusão, como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo e vem se efetivando a partir da década de 50. A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (Sassaki, 1997). Logo, o princípio da inclusão escolar passa a ser sustentado como “uma proposta de aplicação prática no campo da educação, de um movimento mundial denominado inclusão social” (MENDES, 2006, p. 395). No Brasil esses direitos só foram ser postos em prática na Constituição Brasileira de 1988, determinando que no atendimento especializados aos alunos com deficiências, o artigo 208 estipula que é dever do Estado o: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial

ao ensino regular no artigo 24 vem dizer que: os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação 13 dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas: I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino; II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino; III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas; IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino.

2.4 Fatores e aspectos que influenciaram no processo de inclusão na educação

A inclusão é um processo amplo, com transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais. Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (CIDADE E FREITAS, 1997). Tendo isso em vista, a escola deve "pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente" (EDLER CARVALHO, 1998, P.170).

Um dos objetivos e méritos da educação inclusiva é oportunizar a convivência com a diversidade humana, aprender a conviver com as diferenças de cada pessoa, com respeito às suas limitações e desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades (PALMA; MANTA, 2010). A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2005). No entanto, o sistema educacional brasileiro não está adequado para receber esses alunos, que venha garantir que as pessoas com necessidades educacionais especiais tenha sua participação garantidas nas atividades de Educação Física, assim como Manzini (2002) destacou que apenas

razões legais garantem que as escolas regulares matriculem alunos com deficiência, mas não garantem a prática da inclusão na educação física e seu conteúdo e no currículo de diferentes disciplinas.

No processo de inclusão, um dos desafios é precisamente o problema da formação de professores. Por sua vez, nos cursos de graduação, são poucos os docentes que saem dos cursos com preparos e como professores qualificados para enfrentar essa realidade educacional. No que se refere a isso, Cidade e Freitas (2002) declaram que: no que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, por vezes não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão (p. 27). Soler (2005) e Rouse (2010) sugerem que os professores proporcionem aos alunos diversas formas de ajuda de meio conjunto, como o ensino de corpo, linguagem e gestos, e demonstrar as atividades a serem realizadas para promover melhor compreensão de todos. Que ajuste as regras, materiais, espaço e métodos para que todos possam compreender e participar ativamente, independentemente das dificuldades que encontrem; forneça aos alunos com deficiência o tratamento mais igualitário possível em relação aos outros e não super proteja ou subestimar suas capacidades, incentivando a participar de todas as atividades, de modo com que se sintam pertencentes ao corpo discente e ajudando-o, mas somente quando essa assistência for realmente necessária; e estimular o desenvolvimento do conceito e da prática de respeito e cooperação entre os alunos.

Estudos têm confirmado que essa ocorrência de entraves à efetivação da inclusão devido às atitudes dos professores está associada à falta de instrução dos mesmos para uma atuação inclusiva adequada, que os conduzem às ações como negligenciar ou superproteger o aluno com deficiência e ter dificuldades em organizar atividades adequadas às diferentes capacidades (GORGATTI, 2005; CHICON, 2008; FALKENBAACHFALK, 2010).

Salerno (2014) apresenta como motivo a falta de capacitação, o que revela que os alunos dos cursos de educação física ainda não têm se sentido prontos a trabalhar com pessoas com deficiência mesmo após o acompanhamento de disciplinas

relacionadas ao tema. Para Cardoso (2003), alunos com necessidades especiais no ensino regular é representa uma visão e um desafio para o século XXI. Este desafio está se tornando cada vez mais determinado nos diferentes sistemas e níveis de ensino.

Glat & Pletsch (2010) revelam que as dificuldades dos discentes estão associadas às deficiências da graduação, assim como a carência de vivências reais dos docentes com alunos que possuam necessidades especiais, como ao manter disciplinas destinadas a esse tema afastados na grade curricular, a qual se avança desassociando do restante do curso. Atribuir à formação de professores um carácter contínuo e sistematizado significa aceitar que esta acontece, com frequência e regularmente, desde as primeiras experiências atuando como professor e sujeito, enquanto aluno, nos bancos da escola básica e secundária, passando pela aprendizagem formal da profissão que se desenvolve nos centros de formação inicial e pelo período subsequente de indução profissional, para se prolongar por toda a sua vida profissional, como a formação continuada (ONOFRE, 1996, p.75).

Atualmente, quase todos os programas de graduação em Licenciatura em Educação Física ofertam em suas grades curriculares conteúdos e práticas relacionadas a alguns esportes adaptados e inclusivos no seu currículo. Porém, isso não garante que ao saírem da instituição de ensino, estejam prontos e capacitado para desenvolver atividades com pessoas com necessidades educacionais especiais, trabalhar com crianças portadoras de necessidades exige do professor o maior empenho possível, não é tão fácil quanto parece ser, e é necessário que haja estudos mais avançados que complementem a formação do professor. Observa-se que alguns professores não estão comprometidos com a causa de alunos com deficiência, enquanto outros estão imensamente comprometidos em obter e lutar para que os alunos tenham a prática da inclusão nas aulas de Educação Física. (AIME, SENA e AWAD, 2014).

A construção de uma sociedade inclusiva torna-se fundamental para a consolidação e desenvolvimento do estado democrático, em que a educação inclusiva é uma parte integrante e essencial. Assim, o princípio da inclusão se globaliza, as teorias e práticas inclusivas passam a ser defendidas em muitos países, inclusive no Brasil. Isso implicaria na necessidade de reformas educacionais, prevendo alterações nos currículos, nas formas de avaliação, na formação dos professores, nas estruturas físicas das escolas e na adoção de uma política educacional mais democrática

(MENDES, 2006).

Um dos eixos importantes, é que o acervo de materiais didáticos na área da inclusão em Educação Física na escola ainda são difíceis de encontrar, assim como afirma, Duarte (2003) “que somente nos últimos dez anos os cursos de Educação Física foram incluindo em seus planos curriculares, os conteúdos voltados para pessoas com necessidades especiais, e os materiais didáticos relacionados ao estilo de trabalho desse grupo de pessoas, redigidos em nossa linguagem ainda é exíguo.” Nesse sentido, Santos e Paulino (2008, p. 11) fazem a seguinte consideração, “acreditamos que está na educação, sem dúvida, a principal ferramenta para a transformação social verdadeira que tanto almejamos. Nos dias de hoje as desigualdades sociais e o desrespeito às diferenças são banalizados em nosso cotidiano, e a escola, sem dúvida, reflete e reproduz estas relações”. Outra recomendação é que o professor esteja ciente de que incluir nas aulas de Educação Física não é simplesmente adaptar a disciplina, mas é adotar uma perspectiva educacional que valorize a diversidade e seja comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva (CHICON, 2005).

A pesquisa mostra que as dificuldades de inclusão podem ir além das condições de trabalho, mais precisamente, alguns professores não conseguem aceitar mudanças, refletir e mudar suas condutas e metodologias e não se interessam pela possibilidade de pesquisa e diálogo de novas ideias (FALKENBACH; LOPES, 2010). A insegurança dos professores de educação física também pode ser um fator que dificulta a inserção do aluno com deficiência nas aulas (FIORINI, 2011). Em concordância, Silva e Araújo (2012) apontam que, diante inclusão e a Educação Adaptada, deve: fazer com que os professores considerem não apenas as limitações dos alunos, mas também seus potenciais para participar efetivamente e desenvolver seu potencial, para que assim permita a participação efetiva nas atividades desenvolvidas. A aceitação e interação social entre alunos com deficiência e outros alunos da sala de aula parece ser o ponto-chave e intrínseco, que está diretamente relacionado com a participação nas mesmas atividades coletivas em conjunto e de modo prazeroso (Alves & Duarte, 2014).

Segundo Fiorini (2011), isso mostra que a Educação Física caminha para a superação de sua história tecnicista e exclusiva e favorece os princípios inclusivos em sua prática, tendo em vista que os professores vêm procurando cada vez mais meios e formas para que todos participem de forma agradável e construtiva. Na atualidade,

nosso objetivo é consolidar uma Educação Física Escolar, cujo os seus conteúdos devem ser norteados pelas características da vivência e da construção do conhecimento sócio-histórico e cultural, a partir de uma perspectiva inclusiva, na qual a diversidade de todos deve ser respeitada e valorizada (Brasil, 1998).

3 METODOLOGIA

O Trabalho de Conclusão de Curso se baseia em um estudo descritivo, com abordagem do tipo relato de experiência vivenciado durante o Estágio Supervisionado I no ano de 2018, no 5º período do curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Estadual da Paraíba.

Segundo Gil (1999), o objetivo principal da pesquisa descritiva é descrever as características de uma dada população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre variáveis. Muitos são os estudos que podem ser classificados sob esse título, e uma de suas características mais importantes é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

O presente trabalho foi pensado a partir das dificuldades, superações, erros e acertos que tive com a experiência da inclusão nas aulas ministradas durante o estágio abordando uma reflexão sobre a prática e a formação acadêmica, surgindo questionamentos sobre a ação docente na aula e a relação com a heterogeneidade dos alunos na escola, evidenciando o que estava suficiente ou não antes de começar questionar e criticar em como estava sendo ministrada e planejada as aulas, cada um com sua particularidade e como futura professora onde na metade do curso foi encontrada tantas dificuldades. No entanto, as dificuldades se tornaram desafios que foram sendo superados e no final acabou sendo uma imensa experiência na minha “bagagem acadêmica”, o que fez sentir a necessidade de procurar novos saberes sobre a inclusão e houve uma enorme identificação com esta área que ainda é tão pouco explorada dentro da Educação Física.

4 DINÂMICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio ocorreu na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Félix de Araújo, localizada no bairro do Catolé na cidade de Campina Grande, Paraíba no período de 18 de fevereiro à 26 de junho de 2018 e teve como público-alvo alunos do 2º ao 5º ano, cujas idades variaram de 6 a 15 anos, de ambos os sexos. Após a primeira visita ao ambiente escolar e poder compreender primordialmente a realidade do âmbito escolar e do alunado, o grupo de estágio foi subdividido e assim se deu início ao planejamento e execução das devidas intervenções pedagógicas. Cada grupo com quatro estagiários-docentes e cada grupo ficando com duas turmas para as intervenções, que eram realizadas nas aulas de EF duas vezes na semana. As aulas com duração de cinquenta minutos por turma e eram supervisionadas pelo professor de Educação Física da escola, além de ter suporte para planejamento e acompanhamento pelo professor supervisor do componente de estágio supervisionado da Universidade Estadual da Paraíba, Professor Mestre Ivanildo Alcantara de Sousa, as práticas ocorriam uma vez na quadra e outra vez no auditório, revezando assim o espaço existente com o outro grupo de estagiários. Foi elaborado um plano de ensino com estagiários e o professor supervisor da universidade, em que dois planos de aula eram produzidos semanalmente por cada grupo em sua respectiva aula. Foi dividido também, para que acontecesse aulas teóricas e aulas práticas.

4.1 Caracterização da escola

A escola possui uma ótima localização, oferece diversos serviços pedagógicos aos alunos, possui salas para diretoria, professores e secretaria, além de cozinha, refeitório, pátio, auditório. Porém, a infraestrutura deixa a desejar para as crianças com necessidades especiais, pois não há acessibilidade para a quadra, o pátio, o auditório, dificultando o processo de aprendizagem e que precisávamos estar levando e deslocando a cadeirante em batentes e havia barreiras em toda a escola.

O público da escola era uma população carente, onde os alunos advinham de bairros periféricos, mas eles foram bastante receptivos e nos receberam com muita alegria, em contraste era perceptível que havia uma grande carência de atenção, afeto, carinho, de educação, sobretudo da família e muitos sentiam a falta de maior

participação dos familiares nos eventos que a escola proporcionava e na educação dos mesmo. Isto refletia muito em algumas atitudes diárias dos alunos, como xingamentos, brigas, mal comportamentos, intensificando a necessidade que eles possuem da presença dos pais e da escola nessa construção de cidadão.

Os professores são bem qualificados, os colaboradores da instituição se dedicam a sua função, juntando todos os esforços para melhorar cada dia mais a educação dos alunos. No entanto, o processo de inclusão ainda é um processo que os profissionais da escola deveriam estar mais envolvidos e capacitados, que é realidade da Educação Básica brasileira. A exemplo disso, cito a cuidadora, que pensava que era viável deixar a criança sem seus suportes nas aulas de Educação Física e ir para um momento de “descanso”. Vale ressaltar o apoio da professora de Educação Física da escola foi decisivo para mudar esse contexto, pois a mesma estava substituindo um professor efetivo da escola e em conjunto conseguimos a grande mudança de pensamento dos diversos funcionários, que mudaram seus conceitos sobre o papel da Educação Física na escola.

Haviam muitos materiais em bom estado de conservação e outros novos, tais como bola, corda, bambolê, colchonete, tablado, xadrez, pião, diversos matérias que poderíamos utilizar para realizar as atividades. A professora efetiva de Educação Física da escola proporcionou toda assistência para nós, estagiários. A quadra possuía alguns problemas estruturais, como buracos que dificultava as aulas, porém alguns meses depois ela foi restaurada e pintada, proporcionando uma melhor utilização da mesma, porém continuou sem acessibilidade.

4.2 Conteúdos e atividades realizadas

O plano de ensino foi direcionado a abordagem crítico superadora, aproximando os estagiários a uma melhor compreensão de como realizar na prática a aplicação das atividades específicas do curso de Licenciatura de Educação Física, uma abordagem que permite uma melhor aproximação dos objetivos da Educação Física na escola, comprometida com a formação humana e permitindo discussões e reflexões aqui apresentadas como é o fato da Inclusão. As atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado, foram planejadas de acordo com o nível de aprendizagem de cada aluno, considerando também suas limitações e embasadas nos documentos norteadores não só da Educação como um todo, mas aqueles que

estão diretamente relacionados à Educação Física, podemos destacar a utilização dos conteúdos inseridos na BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

O início das experiências se deu com o conteúdo de Jogos e Brincadeiras, onde nas primeiras aulas logo após as devidas apresentações, buscamos fazer uma troca de informações a respeito do conteúdo a ser trabalhado, um conhecimento prévio dos educandos sobre o que eles entendiam pelo conteúdo, após, apresentamos os diferentes tipos de Jogos e Brincadeiras existentes, onde muitos deles acabaram se identificando com algumas brincadeiras apresentadas. Em seguida, os alunos fizeram uma pesquisa no seu ambiente familiar ou comunidade sobre as brincadeiras mais frequentes de antigamente (brincadeiras dos pais, avós, etc), na intenção de fazer uma discussão sobre tudo que foi pesquisado, vivenciando na prática algumas brincadeiras sugeridas pelos próprios alunos. Seguindo com o conteúdo, discorremos então as características de cada Jogo e Brincadeira vivenciado, apresentando não só os jogos e brincadeiras mais antigos como também os mais recentes.

O conteúdo foi repassado com o intuito de retomar algo muito presente na realidade dos alunos e seus familiares, para ele compreenderem todo esse processo histórico das brincadeiras e jogos, a maneira correta de se brincar e a importância para o desenvolvimento dos educandos.

Finalizado o conteúdo de Jogos e brincadeiras, optamos então, em trabalhar o conteúdo da Ginástica, já devidamente familiarizados com as turmas e obtendo um melhor controle dos mesmos, iniciamos então as experiências com o conteúdo partindo da compreensão prévia do que eles entendiam por Ginástica. Vale ressaltar que houve uma pequena resistência por parte da turma, uma vez que alguns deles queriam usufruir do objeto mais desejado das aulas de Educação Física, que é a bola, procuramos então nas conversas iniciais explicar que existe uma diversidade de conteúdos para serem trabalhados na Educação Física e que Ginástica seria a escolha da vez, logo eles foram se inteirando e compreendendo o quão divertido e enriquecedor era o conteúdo.

Foi elegido trabalhar com ginástica na escola, por percebemos que na escola poucos professores de Educação Física tiveram o interesse de desenvolver um projeto com os alunos que abordasse esse tema. Os objetivos em geral utilizados nas aulas eram de vivenciar movimentos da ginástica geral e com mais foco na ginástica artística, com o intuito de no final da unidade, possibilitar aos alunos a experiência da construção da fita, material utilizado nesta modalidade, como também, a criação de

coreografia, utilizando os movimentos aprendidos ao longo das aulas; compreender a história e a dinâmica básica desses tipos de ginástica; e debater sobre o preconceito étnico e de gênero existentes na realização dessas ginásticas no alto nível.

Quando foram iniciadas as aulas de ginástica sabíamos que dificilmente conseguiríamos vivenciar os aparelhos específicos dessa modalidade, então fomos adaptando para nos aproximar ao máximo da realidade, usando até mesmo os bancos do refeitório para dar alusão a trave de ginástica. Porém, a questão do espaço físico foi um fator importante no agrave da dificuldade, muitas vezes tivemos que dar aula no pátio da escola, dividindo o espaço com uma máquina que prepara concreto, dificultando ainda mais o acesso para os cadeirantes e dividir os poucos materiais existentes com outro grupo do estágio.

Não foi possível entender que de fato seria tão difícil realizar a inclusão com os alunos com deficiências e transtornos no assunto, pois a cadeirante não conseguia realizar movimentos do corpo e se tornava um desafio tentar inclui-lá de alguma forma na aula e o aluno autista se recusava a participar muitas vezes da aula. Assim, não conseguimos fazer de forma concreta com a inclusão dos mesmos para que vivenciassem os movimentos da ginástica geral.

A construção de um dos aparelhos utilizados na Ginástica, a fita, os estagiários providenciaram todo material que seria utilizado (palitos de churrasco, fita de cetim, fita adesiva e cliques) e assim os alunos com auxílio dos professores estagiários, cada aluno construiu sua própria fita. Após, a direção da escola informou que iria acontecer à Amostra Pedagógica e os estagiários junto com os alunos deram a ideia que fizessem alguma apresentação para o evento, com isso aproveitamos a proposta do conteúdo que estávamos trabalhando e conseguimos elaborar duas apresentações de Ginástica onde foram apresentadas duas coreografias, sendo elas, uma realizada pelos meninos e outra pelas meninas dos 2º, 3º, 4º e 5º ano juntos, o que enriqueceu o evento e marcou o fim do conteúdo e também das experiências com as turmas.

4.3 Discussão e resultados sobre inclusão nas aulas

Todos os alunos ajudavam os alunos com necessidades especiais, tinham empatia com os mesmos, preocupação e sempre davam auxílio. Achamos isso muito interessante, pois os alunos ditos “normais” cuidavam e ajudavam com muito carinho. A exemplo disso, sempre que os alunos achavam que o colega com Síndrome de

Down estava cansado e tinha feito muito esforço, informavam aos estagiários que ele tinha problema cardíaco e devia parar e descansar, e isso nos trazia um imenso sentimento de empatia por meio dessa atitude. Diante de tudo que foi planejado e executado durante esse período de intervenção, tive o entendimento de que apesar de todas as dificuldades em incluir os alunos com deficiências, foi verificada uma predominância de situações de sucesso à inclusão, de participações ativas dos mesmos e interações positivas entre todos nas aulas, víamos nos sorrisos o quando eles se sentiam incluídos. Bem como, os demais alunos ajudavam os colegas com as dificuldades e os acolhiam muita com empatia, sempre querendo incluí-los nas aulas.

Alguns desafios observados pelos professores, como a metodologia aplicada aos conteúdos, que foram Brincadeiras e Jogos e a Ginástica, onde houve maior dificuldade aplicação e interações em atividades de caráter competitivo e de movimentos específicos com alunos. Seja por falta de mais suporte sobre inclusão na formação acadêmica, por nós não ter tido experiências prévias no meio escolar, o saber prévio das deficiências e transtornos e o conhecimento sobre ele, ou em função das estratégias de ensino, dos recursos pedagógicos, da seleção dos conteúdos, da falta da presença da cuidadora na sala, ou até da falta de ações propositivas em relação à inclusão.

Uma questão pertinente é como o profissional de Educação Física é visto no âmbito escolar, pois uma das dificuldades encontradas no campo de estágio é o entendimento por outros professores e profissionais da escola em tratar as aulas de Educação Física como um momento de diversão para os alunos, uma recreação, onde só acontece de extravasamento das energias dos alunos, gerando apenas cansaço nos mesmos. Tendo em vista isso, a cuidadora da aluna cadeirante nas aulas de Educação Física, considerava a aula como “tempo livre” e que fosse momento de tirar as energias dos alunos, como apenas uma diversão, porém a criança com deficiência precisava do apoio da cuidadora e que a mesma atendesse as necessidades da criança, o que não acontecia, e dificultava mais ainda a realização do processo de inclusão da criança nas aulas de Educação Física.

Tudo que foi explorado que fez com que os estagiários procurassem se adaptar a cada desafio que lhe foi imposto, procurando um planejamento e uma realização da ação da melhor forma possível, apesar de não ter tido um grande acervo da realidade na universidade para tratar de tais dificuldades em incluir, no entanto, a realidade fez com que houvesse reflexão sobre a prática. Todavia, outras importantes tarefas foram

desempenhadas como a caracterização da turma, que permitiu uma melhor compreensão dos interesses, motivações e necessidades dos alunos garantindo uma ajuda preciosa na nossa intervenção pedagógica.

Foi encontrado muita dificuldade em incluir alunos com deficiências nas aulas práticas de ginástica, por não termos tido um cunho pedagógico e condução pedagógica para que nos enquanto discentes em formação para tal. Bem como, a ginástica usa muito os movimentos do corpo e como havia uma aluna cadeirante e com paralisia cerebral devido às complicações da meningite, em algumas aulas, devido a todos os fatores, ficava um sentimento de não estar fazendo o processo inclusão da aluna, “ser o cone da aula”. Ela participava das aulas, interagimos com a mesma, mas como ela não falava, ela se expressava muito bem e transparência sorrisos e felicidade em estar participando de alguma forma da aula. Com isso, fizemos uma oficina de confecção de fitas da ginástica rítmica, e a mesma ficou muito empolgada, cheia de sorrisos e contente. Isso gerou nos estagiários uma sensação de êxito e satisfação em ver a alegria da criança em se sentir incluída na aula.

Por fim, as estratégias utilizadas nas aulas deram muito suporte para que alcançássemos os objetivos, primeiramente a início com a preocupação no planejamento das aulas, na reflexão que tínhamos alunos com deficiências e transtornos e precisavamos inclui-los, pensando na responsabilidades dos alunos e suas necessidades. Segundo ponto, uma estratégia importante foi fazer com que um estagiário entre os quatro, sempre dessa auxílio e uma atenção específica com os alunos com deficiência, já que as cuidadoras deixavam os alunos por nossa responsabilidade e sem nenhum auxílio. E por último, uma importante estratégia, foi fazer com que a turma participasse em conjunto com as pessoas com deficiências, com os alunos auxiliando na execução das aulas e sendo percursores diretos dessa inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que foi uma experiência e vivência engrandecedora tanto como profissional, como pessoal, fazendo assim a necessidade de realizar o relato das conquistas obtidas durante o período do estágio, as dificuldades e os desafios encontrados, sendo capaz destas serem empregadas para contribuir o trabalho de futuros pesquisadores, educadores e estagiários. Contudo apresentado, fica claro que há diversas lacunas no processo de implementação a inclusão dos acadêmicos de Educação Física a o uso de metodologias e práticas didático-pedagógicas na educação inclusiva bem como na educação continuada dos professores atuantes, em vários níveis de ensino.

O processo de inclusão ainda vem se efetivando de maneira parcial, uma vez que, tornou-se uma necessidade de maior conhecimento e prática na formação docente de nível superior em nível de educação básica. Sabendo que, não é difícil constatar que há escassez nos conteúdos e disciplinas para a formação de professores, a falta de preparação e formação docente. Nesse sentido, ao sair da universidade para ingressar na educação básica, se depararam com a educação básica, e com a realidade do processo de inclusão escolar e se não tiver um grande acervo e cunho pedagógico não há a concretização da inclusão. Um processo lento, que tem muito a evoluir ainda na educação básica e que poderá levar muito tempo até que ocorra efetivamente nas escolas.

Sendo assim, acreditamos que a Educação Física seja um meio privilegiado para que os alunos se transformem enquanto pessoas, para que vejam os alunos com deficiências, TEA e transtornos, além, como cidadãos de uma sociedade que se diz reflexiva. E faz-se necessário alcançar a excelência na nossa prática docente para que tais transformações se verifiquem, de forma integral no âmbito escolar. Alcançar tais objetivos envolve ter consciência do contexto em que estamos inseridos, da educação atual brasileira, especialmente dos alunos que possuem potencialidades e limitações e que são o foco deste processo de ensino-aprendizagem, onde aprendem não só o aluno como também o professor.

Com isso, as experiências através desse estágio supervisionado me trouxe um momento ímpar na formação de docentes, porque foi o momento em tudo que era

teorizado de conhecimento desenvolveu-se de forma concreta na realidade, e uma realidade que transforma o teórico em pouco, em questão da dimensão que é realizar o processo de incluir a todos. Vendo assim, a necessidade de dar passos a frente em meio ao assunto inclusão e se questionar como melhorar esse viés na escola, colocando em prática a criatividade através dos desafios impostos, a partir dessas dificuldades vivenciadas em incluir, melhorar nas próximas experiências e aulas.

Sem dúvidas essa vivência deixou marcas como um estágio ímpar, fez crescer e criar vontade de aumentar o repertório acadêmico sobre a inclusão e assim aproximar a ponto de desejar trabalhar no futuro apenas com essas crianças que tem um coração tão transparente. Foi perceptível também que com um pouco mais de dedicação é possível buscar novas estratégias, pensar “fora da caixa”, despertando o meu conhecimento científico pela área, possibilitando enxergar todos os alunos não apenas com limitações ou deficiência, mas enxergar todos com potencialidades, capacidades tornando-os ainda mais motivados a participar das aulas. O crescimento pessoal e profissional foram equivalentes, deixando evidenciado ainda mais que a escolha de profissão foi de fato confirmada e bem sucedida.

Por fim, existe uma construção positiva em direção à Educação Física inclusiva e que este trabalho foi de grande importância para esta área, trazendo a reflexão acerca do trabalho pedagógico desenvolvido e que ainda necessita de maior capacitação docente mesmo dentro ou fora da instituição de ensino superior para exploração desta área e dos diversos conteúdos durante as aulas, associando-os às ações práticas de inclusão para melhoria dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

AIME, Marcelo Ribeiro; SENA, Jackson Antônio da Silva de; AWAD, Hani Zehdi Amine. Portadores de deficiência física nas aulas de educação física. In: ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL, 12., 2014, Cascavel. **Anais do 12º Encontro Científico Cultural Internacional**. Cascavel: ECCC., 2014. 7 pgs. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/ecci/anais/5595337bdd9e4.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

ALARCÃO, Isabel. **Formação reflexiva de professores – estratégias de supervisão**. Porto: Porto Editora, 1996. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. Vol. 28, n. 2, p. 329-338. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbefe/v28n2/1807-5509-rbefe-28-2-0329.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

ARAÚJO, Paulo Ferreira; SILVA, Rita de Fatima; SEABRA JUNIOR, Luiz. **Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional**. 2008. 192 pgs. São Paulo, Brasil: Phorte.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de; SILVA, Rita de Fatima. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada**. 2012. São Paulo: Phorte, 320 pgs.

BARBOSA, Angela Maria. **Dimensão humana da formação docente: um estudo a partir de documentos de curso de licenciatura e da opinião de coordenadores, professores e alunos**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000149876>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p., 1988.

BRASIL. Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Legislação em Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**, Brasília, DF. 2003.

CHICON, José Francisco. **Inclusão na educação física escolar: construindo caminhos**. 2005. 420f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001493242>. Acesso em: 07 jun. 2020.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola**. *Integração*, v. 14, p. 27-30, 2002.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DUARTE, Edison.; LIMA, Sonia Maria Toyoshima. **Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e Intervenções Pedagógicas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2003.

FALKENBACH, Atos Prinz. **Inclusão: perspectivas para as áreas da educação física, saúde e educação**. Jundiaí, Brasil: Fontoura, 2010.

FIORINI, Maria Luiza Salzani. **Concepção do professor de educação física sobre a inclusão do aluno com deficiência**. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil, 2011. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/fiorini_mls_me_mar.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, vol. 20, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000300006. Acesso em: 12 dez. 2019.

FUMEGALLI, Rita de Cassia Avila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** 2012. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso de Pós-Graduação em Educação Especial: deficiência mental e transtornos e dificuldades de aprendizagem, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí (RS), 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamonografia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GLAT, Rosana, PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**. Rio de Janeiro, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X>. Acesso em: 22 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 220 pgs. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. 200?. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php#:~:text=As%20leis%20romanas%20da%20Antiguidade,ou%20em%20outros%20lugares%20sagrados. Acesso em: 30 set. 2019.

KANNER, Leo. Autistic Disturbances of Affective Contact. 1943. **Nervous Child**, n. 2, p. 217-250. Disponível em: https://neurodiversity.com/library_kanner_1943.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 29 de set. 2020.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; CUNHA, Vera Lúcia. O estágio Supervisionado na formação continuada docente à distância: desafios a vencer e construção de novas subjetividades. **Revista de Educación a Distancia**. Ano 5, n. 14, 2006. Disponível em <http://www.um.es/ead/red/14/>. Acesso em: 29 ago. 2012.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Resolução nº 217, de 10 de dezembro de 1948**. 1948. Disponível em: <http://app;crea-rj.org.br/poralcreav2midia/documentos/resolucaoonu217aiii.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PALMA, Luciana Erica; MANTA, Sofia Wolker. Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de Educação Física e acessibilidade nos espaços de prática para as aulas. **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria, v.35, n.2, p. 303-314, maio/ago 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2080>. Acesso em: 22 out. 2019.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araújo de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista Intertérios**. Caruaru, v. 3, n. 5, p. 21-33, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/intertorios/article/download/234432/27604>. Acesso em: 15 set. 2019.

RODRIGUES, David. A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física**, Lisboa, n. 24-25, p. 73-81, 2003. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/EFeInclusaoDavidRodrigues.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

SANTOS FILHO, Agnaldo Pedro. O Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente. **Revista Partes**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.partes.com.br/2010/01/04/o-estagio-supervisionado-e-sua-importancia-na-formacao-docente/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em Educação**: Uma visão geral. In: Santos, M. P dos.; Paulino, M. M. (orgs.). **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, Ed. WVA, 1997.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da Exclusão à Inclusão: concepções e prática. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, n. 13, p. 135-153. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n13/13a09.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SILVA, O. M. da. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. 470 pgs. São Paulo, Brasil: CEDAS, 1987.

APÊNDICE A – ATIVIDADE LÚDICA DA GINÁSTICA GERAL



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

APÊNDICE B – DIA DA AMOSTRA PEDAGÓGICA APÓS A APRESENTAÇÃO DA COREOGRAFIA GÍMNICA



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

APÊNDICE C – ENSAIO PARA A AMOSTRA PEDAGÓGICA COM A APRESENTAÇÃO GÍMNICA



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

APÊNDICE D – ALUNOS REALIZANDO BRINCADEIRA DO RELÓGIO



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

APÊNDICE E – ATIVIDADE DE EQUILÍBRIO SENDO REALIZADA POR UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

APÊNDICE F – ALUNOS PARTICIPANDO DA OFICINA DE CONSTRUÇÃO DOS MATERIAIS DE GINÁSTICA: FITA DA GINÁSTICA RÍTMICA



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

APÊNDICE G – CIRCUITO DE MOVIMENTOS GÍMNICOS



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)